

## **COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

### **PROJETO DE LEI Nº 2.467, DE 2007**

*Dispõe sobre a extinção da enfiteuse especial em imóveis urbanos e dá outras providências.*

Autor: Deputado **SILVINHO PECCIOLI**

Relator: Deputado **TARCÍSIO ZIMMERMANN**

#### **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 2.467, de 2007, visa extinguir a enfiteuse que incide sobre imóveis urbanos públicos, facultando aos foreiros a remição dos aforamentos mediante a aquisição do domínio direto.

Dispõe, ainda, que o Serviço de Patrimônio da União deverá, no prazo de noventa dias contados da data de remição do foro, confiar à guarda do competente registro de imóveis toda a documentação relativa ao imóvel.

Por fim, estabelece que a extinção da enfiteuse de que trata não se aplica aos terrenos de marinha e seus acrescidos, situados na faixa de segurança, a partir da orla marítima, e que se equiparam ao foreiro, para efeito de suas disposições, o titular de direitos sobre o imóvel, seja promitente comprador ou cessionário de direitos.

Esgotado o prazo regimental de cinco sessões, aberto para apresentação de emendas ao projeto, nenhuma foi recebida.

Cabe-nos agora, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, analisar o mérito da proposição de acordo com o que dispõe o art. 32, inciso XVIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

É o relatório.

#### **II - VOTO DO RELATOR**

De fato, como defende o autor da proposição, a enfiteuse é um instituto em extinção, já banido pelo Código Civil das relações privadas e cuja manutenção nas relações com entes públicos só se justifica nos casos em que assim a Carta Constitucional vigente determina.

Esse entendimento se traduz na proposição sob exame, cujos arts. 2º e 3º praticamente repetem o texto dos §§ 3º e 4º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Magna de 1988.

A proposição reforça, portanto, que os terrenos de marinha e seus acrescidos, situados na faixa de segurança da orla marítima, permanecem sob o regime enfiteutico.

Diante disto, só nos resta votar pela APROVAÇÃO, no mérito, do Projeto de Lei n.º 2.467, de 2007.

Sala da Comissão, em        de dezembro de 2008.

**Deputado TARCÍSIO ZIMMERMANN**  
**Relator**